



PRODEP

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

SOLICITAÇÃO DE ABONO DE PERMANÊNCIA

DADOS DO/A SERVIDOR/A:

Nome:	Matrícula SIAPE:	Unidade/Orgão:
-------	------------------	----------------

Nome Social:

Cargo:

E-mail:	DDD e Telefone:	DDD e Telefone (número adicional):
---------	-----------------	------------------------------------

USO DA LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE:

Quanto à contagem em dobro do(s) período(s) de Licença Prêmio por Assiduidade:

- Não possuo período de Licença Prêmio por Assiduidade a ser usufruído.
- Computar todos os períodos de Licença Prêmio por Assiduidade não usufruídos para fazer jus ao Abono de Permanência da maneira mais vantajosa.
- Computar apenas os períodos de Licença Prêmio por Assiduidade não usufruídos e necessários para a concessão do Abono de Permanência.
- Não computar os períodos de Licença Prêmio por Assiduidade não usufruídos, uma vez que pretendo gozá-los oportunamente.

AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO EM ANDAMENTO:

- Não possuo processo de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição em andamento.
- Possuo processo de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição em andamento sob número 23066. _____/20____ - _____

OBSERVAÇÕES:

SOLICITAÇÃO/DECLARAÇÃO:

Solicito a concessão de Abono de Permanência, conforme a legislação vigente, por ter implementado os requisitos para a aposentadoria voluntária e manifesto minha opção em permanecer em atividade funcional.

Na hipótese de ter utilizado período(s) de Licença Prêmio por Assiduidade para a concessão do Abono de Permanência, declaro ter ciência da impossibilidade de gozo futuro dos períodos de Licença eventualmente utilizados na concessão do Abono.

Declaro ter conhecimento de que é vedada a desaverbação de tempo de contribuição em Regime Próprio de Previdência Social quando o tempo averbado/registrado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade e de que, desse modo, o tempo de contribuição referente ao Abono de Permanência ora concedido não poderá ser desaverbado em nenhuma hipótese, conforme Lei n. 13.846/2019.

Estou ciente de que constitui crime previsto no Art. 299 do Código Penal Brasileiro omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Data: _____ Assinatura: _____